

O desempenho do EBITDA ajustado no ano refletiu, além do significativo crescimento da operação com as aquisições das redes Big Ben e Sant'ana em 2012, a menor representatividade de nossas despesas sobre o faturamento bruto, mostrando importante efeito de contenção em despesas gerais e administrativas frente ao nosso crescimento acelerado.

Despesas com Depreciação e Amortização
Nossas despesas com depreciação e amortização totalizaram R\$20,8 milhões no 4T12 contra R\$9,3 milhões no 4T11. No ano, o total em depreciação e amortização foi de R\$62,5 milhões, contra R\$25,5 milhões em 2011.

O aumento das despesas com depreciação e amortização está em linha com nosso forte ritmo de expansão e investimentos, principalmente em estruturas de TI e do CSC.

Resultado Financeiro
O resultado financeiro do trimestre foi negativo em R\$14,1 milhões, decorrente de receitas financeiras de R\$6,7 milhões e despesas financeiras de R\$20,8 milhões. No 4T11, o resultado financeiro foi negativo em R\$4,4 milhões.

Em 2012, registramos resultado financeiro negativo de R\$62,8 milhões, contra R\$4,2 milhões negativos em 2011.

O impacto negativo de nosso resultado financeiro na comparação com o ano anterior é explicado, principalmente, pelo crescimento de despesas financeiras com o aumento e mudança de nosso perfil de endividamento em função das aquisições das redes Sant'ana e Big Ben, realizadas no 1T12. Contribuiu para esse impacto o alto custo da dívida da Big Ben, que era superior à média da Companhia, as despesas que tivemos com as emissões das debêntures e das novas ações, em abril e junho respectivamente, e com a reestruturação de nossa dívida.

Lucro Líquido e Margem Líquida (% da Receita Bruta)
O lucro líquido foi negativo em R\$12,3 milhões no 4T12, contra R\$0,2 milhão negativo no 4T11. No ano, o lucro líquido foi de R\$3,0 milhões (margem líquida de 0,1%), comparado a R\$8,2 milhões em 2011 (margem líquida de 0,8%).

O pior resultado foi associado, principalmente (i) ao maior patamar de despesas financeiras associadas ao endividamento contratado com as recentes aquisições de 2012; e (ii) ao maior patamar de despesas com depreciação e amortização, decorrente de nosso acelerado crescimento.

Análise do Fluxo de Caixa e Balanço Patrimonial

Fluxo de Caixa
O quadro abaixo resume nosso fluxo de caixa para os períodos comparados.

	4T11	4T12	2011	2012
Fluxo de Caixa (R\$ '000)				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	686 (13.330)	19.035	13.359	13.359
(+) Depreciação e amortização	9.297	20.815	25.494	62.542
(+) Outros	1.866 (22.017)	8.988	32.267	32.267
Geração de caixa operacional	11.849 (14.532)	53.517	108.186	108.186
(+) Variação do capital de giro	(11.739)	5.770 (117.331)	(208.285)	(208.285)
(+) Variação de outros ativos e passivos não circulantes	(18.082)	(22.560)	(39.295)	(64.545)
Consumo de caixa operacional	(29.821)	(16.791)	(156.626)	(272.830)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	(17.972)	(31.322)	(103.109)	(164.662)
(-) Investimentos em operação	(18.146)	(38.849)	(77.618)	(135.224)
(-) Aquisições	(16.884)	(7.693)	(230.289)	(356.051)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de investimento	(35.030)	(46.542)	(307.907)	(491.275)
(+/-) Empréstimos e financiamentos	(6.926)	41.344 (73.863)	279.957	279.957
(+) Aumento de capital	(518)	487	729.674	481.176
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamento	(7.444)	41.831	655.811	761.133
Variação em caixa e equivalentes de caixa	(60.446)	(36.033)	244.795	105.196
Caixa e equivalentes de caixa - Saldo inicial	324.001	404.783	18.760	263.555
Caixa e equivalentes de caixa - Saldo final	263.555	368.751	263.555	368.751

Apesar de apresentarmos forte geração de caixa operacional, nossas atividades ainda consumem caixa devido à fase de acelerado crescimento em que a Companhia se encontra: forte crescimento tanto orgânico quanto por aquisições, somado à necessidade de investimentos na nossa estrutura Corporativa para suportar nosso crescente fôlego.

Em 2012, geramos R\$108,2 milhões em novas operações. Considerando o consumo em atividades operacionais, o saldo foi de consumo de R\$164,7 milhões, dos quais R\$208,3 milhões usados em capital de giro.

No ano, nosso caixa consistiu em R\$356,1 milhões relacionados a parcelas referentes às nossas aquisições e R\$135,2 milhões em investimentos nas nossas operações, usados, principalmente, em expansão e reformas de lojas, centros de distribuição e TI.

Posição de Caixa e Endividamento
Em 2012, nossa posição de endividamento aumentou em relação a 2011 em função das aquisições (redes Big Ben e Sant'ana adquiridas no 1T12); o caixa, por sua vez, foi fortalecido com a oferta pública de ações (Follow-on) concluída em junho de 2012, que levantou R\$466,4 milhões de recursos líquidos. No ano, melhoramos também nosso perfil da dívida com a emissão, em abril, de R\$250 milhões em debêntures.

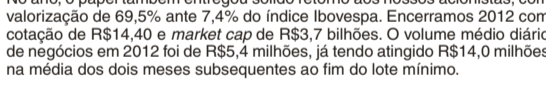
Encerramos o 4T12 com dívida total de R\$776,0 milhões, composta por R\$177,1 milhões em empréstimos e financiamentos, R\$253,6 milhões em debêntures e R\$345,3 milhões em contas a pagar por aquisição de investimento (parcela da dívida associada às aquisições). Nossa posição de caixa fechou em R\$368,8 milhões, e consequente dívida líquida de R\$407,3 milhões.

	3T11	4T11	3T12	4T12
Posição de caixa e endividamento (R\$'000)				
(+) Empréstimos e financiamentos	70.788	64.374	149.124	177.049
Circulante	22.968	22.367	43.953	83.229
Não circulante	47.820	42.007	105.171	93.820
(-) Debêntures	260.759	260.759	260.759	260.759
Circulante	12.461	5.237	248.298	248.405
Não circulante	248.298	248.298	248.298	248.405
(+) Contas a pagar por aquisição de investimento	70.387	54.380	333.591	345.333
Circulante	17.701	17.992	97.971	99.711
Não circulante	52.686	36.388	235.620	245.622
(-) Dívida Total	141.175	118.754	743.474	776.024
Circulante (%)	28,8%	33,7%	20,8%	24,2%
Não circulante (%)	71,2%	66,3%	79,2%	75,8%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(324.001)	(263.555)	(404.783)	(368.751)
(-) Dívida Líquida	(182.826)	(144.801)	338.691	407.273

4. Mercado de Capitais
2012 foi um ano importante para a BPHSA. Realizamos nossa segunda oferta pública de distribuição primária e secundária de ações, com a emissão de 52,8 milhões de novas ações ordinárias e captação líquida de R\$466,4 milhões, contribuindo para o aumento do free-float e solidificação do caixa para suportar nosso crescimento.

Tivemos também evento muito relevante para nossa liquidez. No dia 26 de dezembro, a BPHSA passou a negociar com lote padrão da BM&FBOVESPA (100 ações, sendo permitido o mercado fracionário). O evento, além de aumentar a liquidez do papel, teve efeito expressivo no perfil de nossa base acionária, tendo o número de acionistas pessoa-física quadruplicado nos dois primeiros meses subsequentes ao evento.

No ano, o papel também entregou sólido retorno aos nossos acionistas, com valorização de 69,5% ante 7,4% do índice Ibovespa. Encerramos 2012 com cotação de R\$14,40 e *market cap* de R\$3,7 bilhões. O volume médio diário de negócios em 2012 foi de R\$5,4 milhões, já tendo atingido R\$14,0 milhões na média dos dois meses subsequentes ao fim do lote mínimo.



Fonte: Bloomberg, em 31 de dezembro de 2012.

Demonstrações dos Resultados - 31 de Dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita líquida de vendas	22	-	2.685.741	1.000.665
Custo das vendas	23	-	(1.797.548)	(628.358)
Lucro bruto	-	-	888.193	372.307
(Despesas) receitas operacionais	-	-	-	-
Despesa com vendas	24	-	(535.798)	(216.728)
Despesas gerais e administrativas	25	(31.499)	(211.691)	(103.236)
Despesa com depreciação e amortização	(7.256)	(348)	(62.542)	(25.494)
Participação de funcionários e administradores	(10.639)	(2.799)	(12.122)	(3.186)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.005	1.946	14.345	(388)
Resultado de equivalência patrimonial	9	57.947	1.333	(4.262)
Lucro/(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	10.558	(10.334)	76.123	23.275
Resultado financeiro	-	-	-	-
Receitas financeiras	26	18.305	18.387	34.452
Despesas financeiras	26	(26.090)	(2.584)	(97.216)
Resultado antes do imposto de renda e de contribuição social	2.773	5.469	13.359	19.035
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Corrente	19	-	(16.169)	(5.065)
Diferido	19	201	5.784	(5.742)
Lucro líquido do exercício antes da participação de não controladores	2.974	5.469	2.974	8.228
Atribuíveis aos:				
Acionistas não controladores:	-	-	-	(2.759)
Resultado Líquido do Exercício	2.974	5.469	2.974	5.469

Lucro por ação - básico (atribuível a acionistas controladores)

Lucro por ação - diluído (atribuível a acionistas controladores)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

5. Brazil Pharma - Desempenho Operacional

Tivemos um importante ano de crescimento interno e reestruturação da Companhia. Com a conclusão das aquisições da Sant'ana e Big Ben no primeiro trimestre, passamos a estar presentes em todas as regiões do Brasil já com vantagens competitivas conferidas pela força e credibilidade de nossas marcas locais. O desafio seguinte acelerou nosso projeto de integração, com a desafiadora meta de tornar excelentes companhias regionais em uma única Companhia nacional. Com esse foco, em 2012 tivemos importantes nomes do setor para fortalecer nosso time de executivos e focamos em três frentes de integração da Companhia: Comercial, Administrativo (CSC) e Operações.

Departamento Comercial
A nova estrutura centralizada do departamento Comercial, com suas vertentes de Compras, Logística e Trade Marketing and, desde o início de 2012, a todo o vapor. Ao final do ano, o cronograma de centralização do departamento de Compras proposto para o ano estava em linha com o programado, tendo quatro das nossas cinco redes já integradas. Em Compras e Trade Marketing, estamos nos configurando como importante central de inteligência Comercial. Ao longo do ano, intensificamos nossa estratégia de parceria com a indústria e iniciamos as frentes de análise do mix e rentabilidade, iniciativas com intuito de oferecer, em cada loja, o produto certo, com preço certo e no lugar certo. Para os anos que seguem, ainda há muitos ganhos e sinergias a serem capturados, mas o resultado nos nossos esforços em 2012 já apresentaram importantes efeitos, principalmente traduzido em aumento de faturamento nas lojas já trabalhadas.

Operacional, também mantendo forte aderência ao nosso cronograma operacional, a atenção voltada às reformas e à adequação dos nossos centros de distribuição foi importante. Os novos CDs inaugurados no 4T12, em Brasília, DF, e Camaçari, BA, apesar de ainda não operarem com pleno potencial, dão sinais positivos de sustentação às nossas operações. O novo centro de distribuição da Bahia começa a dar fôlego para a Sant'ana, que durante 2012 teve seu desempenho em vendas negativamente afetado pelo incêndio de seu antigo CD. Já no início de 2013, a rede finalmente começa a apresentar crescimento condizente com mercado em que está inserida.

Departamento de Operações
2012 foi um ano de transição para a área de Operações, marcado principalmente pela evolução do processo de sucessão dos sócios fundadores. Definimos as estruturas de gestão de cada uma das nossas regionais, reforçando os times locais e redesenhando o papel dos nossos sócios fundadores, que cada vez mais suportam nossas atividades como parceiros consultivos.

Durante o 4T12, continuamos focando esforços no treinamento e desenvolvimento de nossos colaboradores com o objetivo de formar futuros líderes e aperfeiçoar a força de vendas em cada uma das nossas operações. Os programas já têm nos trazido bons resultados na produtividade de nossa força de vendas. Durante o ano, treinamos 58.803 colaboradores em diferentes modalidades, com carga horária de aproximadamente 412 mil horas.

Trabalhamos ainda insistentemente no enraizamento e disseminação da cultura Brazil Pharma por nossas redes. Acreditamos no engajamento e motivação de nossos colaboradores como peça fundamental para atingirmos nosso objetivo de oferecer a melhor experiência de consumo para nossos clientes, independentemente da localização geográfica de nossas lojas. O próximo passo será o endosso da totalidade de nossa base de lojas com o logo da Companhia, suportando a consciência de marca única com traços regionais.

Departamento Administrativo - Centro de Serviços Compartilhados (CSC)

Durante o 4T12, seguimos com o processo de centralização das atividades de back-office das operações no CSC e integramos também as atividades da rede Mais Econômica, no sul. Ao final de dezembro, contávamos com 286 colaboradores prestando suporte a todas as nossas redes. Assim como nos outros trimestres, pudemos mais uma vez observar a diluição das despesas gerais e administrativas em relação à nossa receita, já como consequência da eficiência que ganhamos nos processos integrados.

Nossas centrais de atendimento encerraram o 4T12 com desempenho superior ao trimestre anterior. Registramos 53% dos chamados abertos solucionados no Nível 1 de Atendimento, contra os 47% registrados no 3T12.

Em novembro, inauguramos nosso 6º PAS (Posto Avançado de Serviço), localizado na cidade de Salvador, para dar suporte à nossa operação da Bahia e dar mais agilidade ao atendimento no dia a dia.

Franquias - Crescimento da Farnmais

2012 foi também um importante ano para a operação da Farnmais. Focamos no fortalecimento e visibilidade da marca, buscando agregar valor à percepção dos nossos franqueados e, consequentemente, fortalecer a penetração da rede. O resultado de nossos esforços foi muito positivo e já se faz perceptível na satisfação de nossos franqueados.

No ano, abrimos 52 novos pontos de venda e fechamos 23, resultado de criterioso trabalho de readequação de nossa base de franqueados. Chegando assim a uma base de 388 lojas no encerramento de 2012, sendo 222 lojas concentradas no estado de São Paulo.

Marcamos no ano também o início de um projeto de forte crescimento previsto para os próximos anos: em 2013, além do aumento de nossa base de franqueados, deveremos ver a Farnmais em outros estados fora das atuais regiões sul, sudeste e centro-oeste. Bahia e Sergipe deverão ser os primeiros estados a receber as novas franquias, seguidos pelos demais estados do Nordeste. Para suportar esse plano, a Farnmais já estruturou uma equipe de supervisores que irá acompanhar a expansão e trabalhar junto aos nossos novos franqueados.

A nova estratégia de crescimento surge da oportunidade de capturar fatia de mercado em pontos onde não se justificaria a operação por meio de nossas lojas próprias, além de barrar a entrada de concorrentes e de obter importante leitura de mercado em regiões onde ainda não atuamos. Tal estratégia contará com a vantagem de podermos explorar em nossa rede de franquias o know how adquirido das plataformas próprias.

6. Auditores Independentes

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras da Brazil Pharma relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram realizados pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. A política da Companhia para contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visa assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não foram prestados à Companhia quaisquer serviços não relacionados à auditoria, por nossos auditores independentes.

7. Contato Relações com Investidores - RI

Acionistas, analistas, e o mercado em geral têm a sua disposição informações atualizadas sobre a Companhia disponíveis no website de RI, www.brph.com.br, e nas páginas da CVM, www.cvm.gov.br, e BM&FBOVESPA, www.bmfbovespa.com.br. Para mais informações, o contato direto com o departamento de Relações com Investidores:

Renato Lobo - Diretor de RI
Marina Sousa - Coordenadora
Telefone: +55 (11) 2117- 5299/5212
E-mail: ri@brph.com.br
Website: www.brph.com.br

Demonstrações do Resultado Abrangente
31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita	68	2.136	2.951.671	1.090.506
Vendas de produtos e serviços	68	2.136	2.865.577	1.075.798
Outras receitas	-	-	89.427	15.625
Perdas com contas a receber	-	-	(3.333)	(917)
Insuamos adquiridos de terceiros (10.192)	(2.853)	(2.049.082)	(719.446)	(719.446)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(1.839.470)	(624.080)
Matérias, energia, serviços de terceiros e outros	(9.269)	(2.853)	(167.222)	(90.028)
Perdas de valores ativos	-	-	(6.672)	(5.338)
Outras	(923)	-	(35.718)	-
Valor adicionado bruto	(10.124)	(7.17)	902.589	371.060
Depreciação, amortização e exaustão	(7.256)	(348)	(62.542)	(25.494)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(17.380)	(10.625)	840.047	345.566
Valor adicionado recebido em transferência	76.252	19.700	30.684	33.192
Resultado de equivalência patrimonial	57.947	1.333	(4.262)	-
Receitas financeiras	18.305	18.387	34.452	33.192
Outras	-	-	494	-
Valor adicionado total a distribuir	58.872	18.655	870.731	378.758

Distribuição do valor adicionado

Pessoal

Benefícios

Impostos, taxas e contribuições

Remuneração de capitais de terceiros

Remuneração de capitais próprios

Dividendos

Lucros retidos

Participação dos não controladores nos lucros retidos

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

3. Análise dos Resultados

Nossa receita bruta de vendas e serviços é oriunda da nossa operação de lojas próprias e franquias.

As receitas das operações próprias são provenientes, principalmente, da comercialização de medicamentos de marca, medicamentos genéricos e não medicamentos, os quais incluem, dentre outros, artigos de perfumaria, higiene pessoal e beleza, cosméticos e dermocosméticos (grupo também chamado de "HPC"). As receitas de nossa rede de franquias são, principalmente, oriundas de royalties.

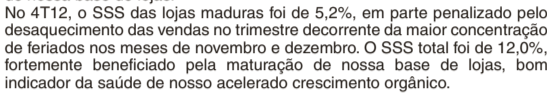
Receita Bruta
A receita bruta atingiu R\$843,7 mil milhões em 4T12, um aumento de 161% ante os R\$323,2 milhões do 4T11. Em 2012, a receita bruta foi de R\$2,9 bilhões, um crescimento de 169% ante os R\$1,1 bilhão registrado em 2011.

O crescimento do faturamento do período é explicado pelas seguintes razões:
i) Crescimento por aquisições. Adquirimos as plataformas Sant'ana e Big Ben, em fevereiro e março de 2012, respectivamente, que adicionaram 249 lojas à nossa base.
ii) Crescimento orgânico. Nossa base de lojas próprias aumentou em 81 pontos de venda em relação ao ano anterior.

iii) Crescimento das vendas nas mesmas lojas (same-store sales - SSS)
Em 2012, iniciamos os esforços de treinamento da nossa força de vendas e projeto de ajuste de layout de alguns pontos de venda para melhorar a experiência de consumo dos nossos clientes. O resultado foi positivamente refletido no SSS do ano, que apresentou taxas de 8,2% para as lojas maduras e de 14,1% no total - o último também influenciado pela maturação de nossa base de lojas.

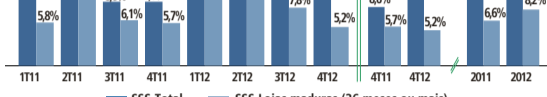
No 4T12, o SSS das lojas maduras foi de 5,2%, em parte penalizado pelo desaquecimento das vendas no trimestre decorrente da maior concentração de feriados nos meses de novembro e dezembro. O SSS total foi de 12,0%, fortemente beneficiado pela maturação de nossa base de lojas, bom indicador da saúde de nosso acelerado crescimento orgânico.

SSS Lojas Maduras e SSS Total



Lucro Bruto e Margem Bruta (% da Receita Bruta)
Nosso lucro bruto totalizou R\$265,3 milhões no 4T12, com margem bruta (sobre faturamento bruto) de 31,5%. No ano, o lucro bruto fechou em R\$888,2 milhões, com margem bruta de 30,7%.

Lucro Bruto e Margem Bruta (% da Receita Bruta)



Descrição	Demonstrações das Mutações de Patrimônio Líquido - 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)										
	Notas	Reserva de Capital				Participação de não controladores	Total	Total do Patrimônio Líquido	Reserva de Capital		Total do Patrimônio Líquido
		Capital Social	Reserva de ações de longo prazo	Reserva de lucros legais	Lucros/Prejuízos acumulados				Reserva de ações de longo prazo	Reserva de lucros legais	
Saldo final em 31 de dezembro de 2010		73.950	(1.443)	-	(23.280)	49.227	57.031	106.258	-	-	-
Agio no aumento de participação em		-	(62.907)	-	-	(62.907)	-	(62.907)	-	-	-
Diminuição de minoritário em função de combinação de negócio		-	-	-	-	-	(57.031)	(57.031)	-	-	-
Aumento do capital social	21.1	287.171	-	-	-	287.171	287.171	287.171	-	-	-
Aumento do capital social	21.1	55.527	-	-	-	55.527	55.527	55.527	-	-	-
Integralização decorrente de oferta pública	21.1	414.000	-	-	-	414.000	414.000	414.000	-	-	-
Gastos com emissões de ações	21.1	(27.024)	-	-	-	(27.024)	(27.024)	(27.024)	-	-	-
Reserva de outorga de ações	-	-	-	-	3.098	3.098	3.098	3.098	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	5.469	5.469	5.469	5.469	-	-	-
Destinação do lucro:											
Constituição reserva legal	21.3	-	-	273	(273)	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	21.3	-	-	-	(1.299)	(1.299)	(1.299)	(1.299)	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2011		803.624	(64.350)	-	3.098	273	723.662	723.662	-	-	-
Aumento de capital social	21.1	344.637	-	3.098	273	343.637	343.637	343.637	-	-	-
Integralização decorrente de oferta pública	21.1	218.250	-	198.000	-	416.250	416.250	416.250	-	-	-
Integralização decorrente de oferta pública	21.1	37.830	-	34.320	-	72.150	72.150	72.150	-	-	-
Reserva de outorga de ações	-	-	-	5.809	-	5.809	5.809	5.809	-	-	-
Gastos com emissões de ações	21.1	(21.962)	-	-	-	(21.962)	(21.962)	(21.962)	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	2.974	2.974	2.974	2.974	-	-	-
Destinação do lucro:											
Constituição reserva legal	21.3	-	-	149	(149)	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2012		1.382.379	(64.350)	232.320	8.907	422	(16.558)	1.543.120	-	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Brazil Pharma S.A. (a seguir designada como "Controladora", "Brazil Pharma", ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1629 - 7º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas na BVM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código BP3A3. A Companhia possui como maior acionista o Grupo de Negócios Padual. A Companhia tem como atividades o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, cosméticos, dermocosméticos, produtos de higiene pessoal e de beleza. Nossas operações em 31 de dezembro de 2012 estão divididas em operações próprias e rede de franquias totalizando 1.096 lojas nas cinco regiões de atuação: (i) Operações próprias: 132 sob a bandeira Drograria Rosário Distrital (Centro-Oeste), 38 lojas sob a bandeira Farmácias Guararapes (Nordeste), 210 lojas sob a bandeira Mais Econômica (Sul), 210 lojas sob a bandeira Big Ben (Norte e Nordeste) e 118 lojas sob a bandeira Sant'ana (Nordeste). (ii) Rede de franquias: operam exclusivamente sob a marca Farmais com 388 lojas, majoritariamente concentrada na região Sudeste, sendo São Paulo o estado mais representativo com 222 lojas. O setor de varejo farmacêutico, devido a suas características, pode apresentar oscilações em termos de volume de venda ao longo do exercício por efeito sazonal, sendo esperado um volume ligeiramente superior no segundo semestre de cada ano. Podem haver variações nesse comportamento entre as regiões em que operamos. As operações da Companhia, no julgamento de sua administração, não são impactadas por estes efeitos de tal forma que requeiram divulgações ou informações adicionais às notas explicativas. **Eventos societários no exercício de 2011:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2011, foi aprovada a incorporação da Drograria Rosário Mais Econômica S.A. ("Mais Econômica") da sua controladora BRPG Beta Administração e Participação S.A. ("BRPG Beta"), a qual, na mesma data, havia subscrito 9.112 ações da Mais Econômica. O laudo de avaliação do acervo líquido da incorporação BRPG Beta, para a data-base 31 de março de 2011, estava assim apresentado:

	172.032	113.541	58.491	(100.000)	(41.509)
Ágio pago na aquisição					
Provisão para ajuste ao valor do benefício fiscal					
Benefício fiscal					
Contas a pagar por aquisição de investimento					
Acervo líquido incorporado					

O crédito fiscal de R\$58.491, contido no acervo líquido assumido pela Mais Econômica na incorporação, foi contabilizado em contrapartida da reserva especial de ágio no patrimônio líquido da incorporadora, conforme previsto no ICP 09. A dívida de R\$100.000 da aquisição foi contabilizada reduzindo o capital social, com isso, a participação adquirida foi reduzida para 42,36%. Ademais, em 31 de março de 2011, a Brazil Pharma adquiriu 17,64% de participação na Mais Econômica por R\$50.000 passando, dessa forma, a ter uma participação de 60%. Em 14 de abril de 2011, a Companhia exerceu a opção de compra de ações da Drograria Rosário S.A. e aumentou a participação no capital social de 43,66% para 49,99%. O preço pago pelas ações adquiridas foi de R\$19.800. Em 14 de abril de 2011, a Companhia exerceu a opção de compra de ações da Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. e aumentou sua participação no capital social de 43,66% para 49,99%. O preço pago pelas ações objeto do exercício da opção de compra foi de R\$2.200. Adicionalmente, também em 14 de abril de 2011, a Companhia e os sócios fundadores da Drograria Rosário S.A. ("Drograria Rosário") celebraram aditamento ao Acordo de Acionistas da Drograria Rosário, pelo qual foi exercida a opção de permuta da totalidade das ações dos sócios fundadores, representativas de 50,01% do capital social da Drograria Rosário, por ações de emissão da Companhia. A permuta da opção de permuta foi exercida em uma única vez, após a aprovação do preço da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia pelo seu Conselho de Administração, conforme apurado no procedimento de coleta de intenções de investimento, ou *Bookbuilding*. Nesses termos, como foi concluído o procedimento de *Bookbuilding*, em 22 de junho de 2011 foi efetivada a permuta de 100% das ações dos sócios fundadores na Drograria Rosário por ações de emissão da Companhia. Em 16 de abril de 2011, a Companhia celebrou com a sócia fundadora da Drograria Guararapes Brasil S.A. ("Drograria Guararapes"), Instrumento Particular de Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, no qual a sócia fundadora outorgou à Companhia opção de compra de 100% de suas ações, tendo a Companhia exercido referida opção. A referida opção de compra foi exercida em uma única vez, após a aprovação do preço da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia pelo seu Conselho de Administração, conforme apurado no procedimento de coleta de intenções de investimento, ou *Bookbuilding*. Nesses termos, as ações foram emitidas e entregues na data de conclusão do procedimento de *Bookbuilding*, realizado em 22 de junho de 2011, contra a imediata e completa transferência de 100% das ações da sócia fundadora da Drograria Guararapes à Companhia. Em 20 de abril de 2011, a Companhia celebrou com o sócio fundador da Drograria Mais Econômica S.A. ("Mais Econômica"), Instrumento Particular de Contrato de Exercício de Opção de Venda de Ações e Outras Avenças, ou Contrato de Exercício de Opção, que previa a opção de compra de 100% das ações do sócio fundador da Mais Econômica. A opção foi efetivada em 22 de junho de 2011, após a aprovação do preço da oferta pública inicial de ações da Companhia pelo seu Conselho de Administração, conforme apurado no procedimento de *Bookbuilding*. Nesses termos, as ações da Companhia foram emitidas e entregues ao sócio fundador da Mais Econômica na data de conclusão do procedimento de *Bookbuilding*, contra a imediata e completa transferência de 100% das ações de emissão da Mais Econômica, detidas pelo respectivo sócio fundador, à Companhia. Em 25 de abril de 2011, a Companhia celebrou aditamento ao Acordo de Sócios da Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. ("Centro-Oeste Farma"), pelo qual os sócios fundadores exerceram opção de permuta de quotas representativas da capital social da Centro-Oeste Farma por ações de emissão da Companhia. O objeto da opção de permuta e as suas condições de eficácia e formalização são as mesmas da opção de permuta da Drograria Rosário S.A. acima descrita. Em 29 de abril de 2011, foi celebrado o protocolo de Incorporação Instrumento de Incorporação da Drograria Guararapes Brasil S.A. ("Guararapes Brasil") e Coutinho e Pimentel Comércio de Medicamentos Ltda., Farmácia Guararapes Ltda., Farmácia Farmação Ltda. e Meridiano Medicamentos Ltda., ou ("Incorporadas"), pelo qual a Guararapes Brasil, titular de 100% das quotas representativas da totalidade do capital social de cada uma das Incorporadas, ajustou os termos da incorporação das Incorporadas, com a consequente extinção destas, de modo a simplificar a estrutura societária e facilitar a gestão dos negócios da Guararapes Brasil por seus acionistas. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2011, foram aprovadas as incorporações das Incorporadas pela incorporadora. Em termos de emissão de ações de reserva de acervo líquido incorporado das Incorporadas, com base nos balanços levantados em 31 de março de 2011, a seguir resumidos:

	Coutinho e Pimentel Farmácia e Pimentel Guararapes Farmação Meridional	Farmacina
Ativo:		
Circulante	7.898	4.308
Não circulante	3.623	638
	11.521	4.946
Passivo:		
Circulante	(7.838)	(6.286)
Não circulante	(47)	(63)
Acervo líquido incorporado	3.636	(1.340)

Em 29 de abril de 2011 foi celebrado o protocolo de Incorporação e Instrumento de Incorporação da Drograria Rosário S.A. ("Rosário"), a Drograria Nova Distrital Ltda., Drograria Distrital Lago Ltda. e Farmacim Drograria e Perfumaria Ltda., ou ("Incorporadas"), pelo qual a Rosário, titular de 100% das quotas representativas da totalidade do capital social de cada uma das Incorporadas, ajustou os termos e condições da incorporação das Incorporadas, com a consequente extinção destas, de modo a simplificar a estrutura societária e facilitar a gestão dos negócios da Rosário por seus acionistas. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2011, foram aprovadas as incorporações das Incorporadas pelo Rosário, nos termos do protocolo e dos laudos de avaliação do acervo líquido das incorporadas, com base nos balanços levantados em 31 de março de 2011, a seguir resumidos:

Razão social	Localização	% participação em 31 de dezembro de 2012		% participação em 31 de dezembro de 2011	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Drograria Rosário S.A.	Distrito Federal	100,00	-	-	100,00
Centro-Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda.	Distrito Federal	100,00	-	100,00	-
Drograria Guararapes Brasil S.A.	Pernambuco	100,00	-	100,00	-
Guararapes Brasil Atacado S.A. (ii)	Pernambuco	-	100,00	-	100,00
Rede Nordeste de Farmácias S.A.	Pernambuco	100,00	-	100,00	-
Mais Econômica S.A.	Rio Grande do Sul	100,00	-	100,00	-
Transportes Mais Econômica Ltda. (iii)	Rio Grande do Sul	-	100,00	-	100,00
Drograria Amarelis S.A. (i)	São Paulo	-	100,00	-	100,00
Rede de Produtos Farmacêuticos S.A. (iv)	São Paulo	-	100,00	-	100,00
Farmais Administradora de Convênios Ltda. (j)	São Paulo	100,00	-	100,00	-
Farmais Produtos S.A.	São Paulo	100,00	-	-	100,00
Beauty in Comércio de Bebidas e Cosméticos Ltda. (v)	São Paulo	-	40,00	-	-
Distribuidora Big Ben S.A. (ii)	Pará	-	100,00	-	-
Rede de Produtos Farmacêuticos Ltda. (iv)	Pernambuco	-	100,00	-	-
Big Serviços Ltda. (iv)	Pará	-	100,00	-	-
Sant'ana S.A. Drograria Farmácias (vi)	Bahia	100,00	-	-	-
Estrela Galdino S.A. (vii)	Bahia	-	100,00	-	-

Descrição	Demonstrações dos Fluxos de Caixa - 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)			
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício antes de impostos sobre o lucro	2.773	5.469	13.359	19.035
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa:				
Resultado com equivalência patrimonial	(57.947)	(1.333)	4.262	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(377)	559
Depreciação e amortização	7.256	348	62.542	25.494
Provisão com perda de estoque por obsolescência	-	-	1.996	1.211
Provisão da despesa com plano de opção de ações	5.809	3.099	5.809	3.099
Variações cambiais e monetárias líquidas	-	-	-	(1.598)
Provisão para demandas judiciais	-	-	(1.471)	(374)
Juros provisionados e não pagos	7.646	-	21.672	3.414
Outras receitas/despesas sem desembolso de caixa	(1)	-	376	2.677
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(34.464)	7.583	108.168	53.517
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
(Aumento) redução em contas a receber	-	(43.903)	(22.875)	-
(Aumento) redução em estoques	-	(210.621)	(114.854)	-
(Aumento) redução em adiantamento a fornecedores	(86)	109	(6.473)	887
(Aumento) redução em créditos tributários e previdenciários	(1.415)	(3.750)	(39.628)	(6.124)
(Aumento) redução em despesas pagas antecipadamente	(400)	(8)	(1.173)	(959)
(Aumento) redução em outros ativos	2.122	(1.689)	1.133	(41.732)
(Aumento) redução em impostos diferidos	-	-	(175)	451
(Aumento) redução em partes relacionadas ativas	(18.873)	3.817	-	-
(Aumento) redução em partes relacionadas passivas	(708)	-	-	-
Aumento (redução) em fornecedores	2.292	(731)	46.239	20.398

(i) Empresas controladas pela Farmais Franchising Brasil S.A.
(ii) Empresa controlada pela Drograria Guararapes Brasil S.A.
(iii) Empresa controlada pela Mais Econômica S.A.
(iv) Empresas controladas pela Distribuidora Big Ben Ltda.
(v) Empresa coligada da Farmais Produtos S.A.
(vi) Empresa incorporada durante o exercício de 2012.
(vii) Empresa controlada pela Sant'ana S.A. Drograria Farmácias

Os resultados das controladas diretas e indiretas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição. Os exercícios sociais e períodos de encerramento das controladas diretas e indiretas incluídas na consolidação da companhia são inicialmente registrados à taxa de câmbio de conversão de moeda funcional em suas práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e na empresa coligada e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas foram eliminados na consolidação.

2.2. Combinação de negócios: Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições inerentes na data de aquisição. Quando a combinação de negócio, a Companhia mensurou a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos das adquiridas. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pelo adquirente é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio. Inicialmente, o ágio é atribuído aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. Quando uma unidade é alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é avaliada pelo menos anualmente.

2.3. Conversão de moeda estrangeira: A moeda funcional da Companhia e de suas controladas diretas ou indiretas e coligada, todas domiciliadas no Brasil, é o Real ("R\$"), mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidado. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças de variação cambial são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.4. Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos sejam gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. Os serviços estão sujeitos aos seguintes critérios de contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas controladas diretas, controladas indiretas e coligada auferem receita de venda de produtos (medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos, dermocosméticos, entre outros), receita de *royalties* e receitas de serviços.

2.4.1. Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

2.4.2. Receita com royalties: As receitas com *royalties* são basicamente, as receitas de venda de produtos farmacêuticos. (Incorporadas pela Drograria Rosário S.A., Drograria Farmácias e seus administradores da Drograria Farmais). Essas receitas são reconhecidas de acordo com a vigência dos contratos com os franqueados.

2.4.3. Receita com serviços (Recursos arrecadados de terceiros a pagar): As receitas com serviços são basicamente as receitas com prestação de serviços de correspondente bancário nos recebimentos de contas de concessionárias públicas e recarga de créditos para telefones celulares. Essas receitas são reconhecidas na medida que esses serviços são prestados.

2.4.4. Deduções de vendas (devoluções e cancelamentos): As devoluções e cancelamentos são reconhecidos conforme a sua ocorrência e solicitação dos clientes, sob o regime de competência.

2.5. Impostos: 2.5.1. **Impostos sobre vendas:** As receitas de vendas de produtos farmacêuticos estão sujeitas aos seguintes impostos: contribuições pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,0% e 7,5%; • Imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISSQN) - 2,75% e 5%; e • Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - 17% - 18% Esses encargos são apresentados como deduções da receita de vendas na demonstração do resultado.

2.5.2. Imposto de renda e contribuição social - Correntes: A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) seguido as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor sobre o lucro ou de utilidade real ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • sobre as diferenças tributárias decorrentes das diferenças temporárias em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e seja provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: • quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • sobre as diferenças tributárias decorrentes das diferenças temporárias em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e seja provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: • quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • sobre as diferenças tributárias decorrentes das diferenças temporárias em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e seja provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: • quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • sobre as diferenças tributárias decorrentes das diferenças temporárias em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e seja provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: • quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • sobre as diferenças tributárias decorrentes das diferenças temporárias em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e seja provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: • quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • sobre as diferenças tributárias decorrentes das diferenças temporárias em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e seja provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: • quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • sobre as diferenças tributárias decorrentes das diferenças temporárias em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e seja provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: • quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • sobre as diferenças tributárias decorrentes das diferenças temporárias em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e seja provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: • quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • sobre as diferenças tributárias decorrentes das diferenças temporárias em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e seja provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: • quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • sobre as diferenças tributárias decorrentes das diferenças temporárias em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e seja provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: • quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não af

método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como alterações de estimativas. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando estas ocorrerem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo registrados na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.16.11. Ativos nas aquisições de empresas:** Os ágios gerados nas aquisições de empresas estão fundamentados em expectativas de rentabilidade futura. Os ágios não são amortizados, pois possuem vida útil indefinida, sendo testados quanto a perda de seu valor recuperável anualmente, em dezembro, de acordo com as práticas contábeis. **2.16.2. Fundo de comércio:** Fundo de comércio compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, os quais são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 11, as quais levam em consideração os prazos dos contratos de matéria contábil. **2.16.3. Licenças de uso de ativos intangíveis:** Para desenvolvimento de um computador são avaliados pelo valor de custo de aquisição e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 11. O período e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando estas ocorrerem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa efetiva do ativo. **2.16.4. Marcas:** As marcas adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, conforme o caso, ou pelo custo de aquisição, quando não há mensuração de mercado ativa. As marcas não são amortizadas. **2.16.5. Relacionamentos com Clientes/Convênios:** As carteiras de clientes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As carteiras de clientes registradas na Companhia tem vida útil definida e são amortizadas pelo prazo que seus benefícios fluirão para Companhia. **2.17. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Os seguintes critérios também são aplicados para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **2.17.1. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura:** Avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuada anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **2.17.2. Ativos intangíveis - vida útil indefinida:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente (em 31 de dezembro), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando há mensuração de mercado ativa por desvalorização do valor contábil. **2.17.3. Ativos intangíveis - vida útil definida:** Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. **2.18. Custos de empréstimos:** Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Os juros de empréstimos na controladora, diretamente atribuíveis à aquisição de licença de uso de software, são capitalizados como parte dos custos dos ativos. Todos os demais custos de captação de empréstimos são lançados como despesas do exercício em que ocorrem. **2.19. Arrendamentos mercantis:** A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início de sua contratação. **2.19.1. Arrendamento mercantil operacional:** A Companhia classifica os aluguéis incorridos nas lojas como arrendamento mercantil operacional, já que não são transferidos para a Companhia todos os riscos e benefícios da posse do ativo. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas de período. Os custos de manutenção de forma linear ao longo do prazo de arrendamento mercantil. **2.19.2. Arrendamento mercantil financeiro:** A Companhia não possui arrendamentos mercantis classificados como financeiro, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. **2.20. Provisões:** **2.20.1. Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e seja provável que benefícios econômicos futuros serão requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de

seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.20.2. Provisões para demandas judiciais e administrativas:** A Companhia é parte em alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos futura seja feita para liquidar a demanda judicial/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.21. Repasses a pagar:** Correspondem aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, em que a controladora indireta Big Ben Serviços Ltda., recebe o valor das contas pagas por consumidores, que precisam ser repassadas para o titular do direito, em média, 3 dias para o Bradesco e diário para os demais. Nestas transações a controladora indireta atua como agente e não como principal. Da mesma forma, os ingressos brutos de benefícios econômicos provenientes das operações efetuadas pelo agente (controladora indireta), em nome dos titulares dos direitos, não resultam em aumentos do seu patrimônio líquido, uma vez que sua receita corresponde tão somente à comissão combinada entre as partes. Os repasses a pagar oriundos de arrecadação de recursos de terceiros ficam registrados em contas a pagar no passivo da companhia. **2.22. Resultado por ação:** A Companhia efetua o cálculo do lucro básico e diluído por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento contábil CPC 41 (IAS 33). **2.23. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **2.24. Demonstração do Valor Adicionado:** Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS. Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza gerada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição), os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **2.25. Informações por segmento:** A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões, neste conceito, não estão sendo apresentadas informações por segmento. **2.26. Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes:** Os ativos (com exceção do ágio) são classificados como circulantes e não circulantes com base no prazo de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir da data do balanço, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir da data do balanço são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como "não circulantes". **2.27. Investimentos em controladas e coligada:** As controladas são empresas nas quais a Companhia diretamente ou através de outras controladas é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. São consideradas controladas as empresas nas quais a Companhia detém o controle. Controle é o poder de governar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa, a fim de obter benefícios de suas atividades, o que em geral consiste na capacidade de exercer a maioria dos direitos de voto. Os potenciais direitos de voto são considerados na avaliação do controle exercido pela companhia sobre outra entidade, quando puderem ser exercidos no momento de tal avaliação. Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizadas ajustes para adequar as práticas contábeis da Companhia. De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro ou prejuízo líquido do período desses investimentos é registrada na demonstração do resultado sob a rubrica "Resultado de equivalência patrimonial". Todos os saldos intragrup, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrup, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia sob a rubrica "Outros resultados abrangentes", quando aplicável. O investimento da Companhia em sua coligada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função de o ágio fundamenteado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. **2.28. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC:** Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Classificação e Mensuração, encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
• IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	A IFRS 10 estabelece princípios para a apresentação e preparação das demonstrações consolidadas quando uma entidade controla, direta ou indireta, uma ou mais entidades. O IFRS 10 substitui as exigências de consolidação do SIC-12 Consolidação de Entidades de Finalidade Específica e do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
• IFRS 11 - Acordos em conjunto	A IFRS 11 prevê uma definição mais realista de acordos em conjunto, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica. A norma aborda incertezas no tratamento de um acordo em conjunto, exigindo um único método para tratar em entidades controladas em conjunto, através da equivalência patrimonial. O IFRS 13 substitui o IAS 31 Empreendimentos Controlados em Conjunto e SIC-13 Entidades Conjuntamente Controladas - Contribuições Não Monetárias por Acionistas. A aplicação da norma é permitida nos principais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 11 sobre a fim da consolidação proporcional, fato que não afetará as informações consolidadas da Companhia	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	A IFRS 12 é uma norma nova e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. A aplicação antecipada é permitida.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz mudanças no requerimento de alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (Revisado em 2011)	Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 28 - (Revisada 2011) Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado	Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associados e <i>Joint Ventures</i> , e descreve a aplicação método patrimonial para investimentos em <i>joint ventures</i> , além do investimento em associadas.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações à IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor ("corridor approach"), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outros alterações. Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	A revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimento mensurados a valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 (CPC 31) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio da venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base no valor do ativo. Esta revisão também aplica-se para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012. O IASB focou orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de demonstrações financeiras com base nas IFRS quando sua moeda funcional deixa de estar sujeita à hiperinflação. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 - Instrumentos financeiros - Divulgação - Exigências Maiores para Divulgação de desconhecimentos	A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos mas não desconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras da Sociedade entenda a relação entre os ativos que não foram desconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento. Esta revisão também aplica-se para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras	Esta melhoria esclarece a diferença entre a informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima necessária.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 16 - Imobilizado	Esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação	Esta melhoria esclarece que os impostos de renda decorrentes de distribuições a acionistas são contabilizados em conformidade com a IAS 12 Impostos de Renda.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias	A revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a mensuração dos efeitos da adoção das novas normas, interpretações e alteração, porém não espera que tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** **3.1. Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores apresentados nas demonstrações de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas podem levar a resultados que requeriam ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **3.2. Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar ajustes significativos no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir: **3.2.1. Redução do valor recuperável de ativos ("impairment"):** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando

de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidos, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros. O valor justo dos instrumentos negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado, nas datas dos balanços, sem dedução dos custos da operação. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser observado em mercados ativos, eles são determinados usando técnicas de valorização, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As informações desses modelos são extraídas do mercado quando possível. Quando tais informações não são possíveis, julgamento é requerido na determinação do valor justo. O julgamento inclui considerações dos *inputs* tais como: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. **3.2.5. Pagamentos baseados em ações:** A Companhia mensura os custos das transações com colaboradores e diretores liquidados com ações com base no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento baseado em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações e a volatilidade, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e modelo adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento com base em ações estão evidenciados na nota explicativa 21.2. **3.2.6. Mensuração ao Valor Justo da Contraprestação Contingente:** Contraprestação contingente, proveniente de uma combinação de negócios, é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios. Se a contraprestação contingente for classificada como um derivativo, e portanto um passivo financeiro, deve ser subsequentemente remensurada ao valor justo na data do balanço. **3.2.7. Reconhecimento de Receita - Programa de Fidelidade:** A Companhia estima o valor justo de pontos concedidos segundo o programa de fidelidade aplicando técnicas estatísticas. Dados considerados pelos modelos incluem premissas sobre taxas de resgate esperadas, o mix de produtos que estarão disponíveis para resgate no futuro e preferências de clientes. Como os pontos emitidos segundo o programa não expiram, essas estimativas estão sujeitas a variações e incertezas. Em 31 de dezembro de 2012, a obrigação estimada relativa a pontos não resgatados era de aproximadamente R\$2.231 (2011 - R\$98). **4. Combinações de negócios:** **4.1. Aquisição de participação com a obtenção de controle societário em 2012:** (a) Farmácias Sant'ana S.A. Drogaria Farmácias ("Sant'ana"): Em 10 de fevereiro de 2012, a Companhia, por meio de sua controlada Farnais Franchising S.A. ("Farnais Franchising"), celebrou contrato de aquisição de 100% do capital votante da Sant'ana S.A. Drogaria Farmácias. A Sant'ana é uma sociedade de capital fechado, que tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos e dermocosméticos. A controlada Farnais adquiriu a Sant'ana para ampliar a sua atuação na região Nordeste do Brasil. A seguir são apresentados os valores justos dos ativos e passivos identificáveis da Sant'ana na data da aquisição:

Valor justo reconhecido na aquisição				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	33.892			
Contas a receber de clientes líquido de PCLD	29.737			
Estoques	45.898			
Impostos diferidos	22.884			
Imobilizado	6.951			
Outros ativos	9.501			
Intangível	-			
Outros intangíveis avaliados:				
Marca	56.674			
Fundo de comércio	10.633			
	216.170			
Passivos				
Contas a pagar a fornecedores	93.123			
Impostos diferidos	24.356			
Empréstimos	255			
Provisões para demandas judiciais	3.764			
Outros passivos	35.638			
	157.136			
Total dos ativos identificáveis líquidos	59.034			
Ágio na aquisição	438.000			
Total da contraprestação	497.034			

O ágio de R\$438.000 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos é de R\$29.737 de curto prazo e não foram apuradas diferenças significativas entre os valores nominais e valores justos. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes. O valor contratual foi recebido integralmente. Os custos relacionados à aquisição de R\$134 foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas. O valor justo da contraprestação foi de R\$497.034, sendo que, R\$150.000 em ações de emissão da Brazil Pharma, R\$247.034 em dinheiro à vista e R\$100.000 a serem pagos em até 4 anos atualizado pelo IPCA. A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 foi feita com base numa avaliação do valor justo, uma vez que a Companhia contratou uma empresa de avaliação independente para mensurar os ativos intangíveis da Sant'ana. A mensuração dos intangíveis resultou na atribuição de valor justo à marca ("Sant'ana") e pontos comerciais e indicou que o valor justo na data da aquisição era de R\$56.674 para a marca e R\$10.633 para o fundo de comércio, os quais foram reduzidos do ágio apurado. Desde a data da aquisição a Sant'ana contribuiu para a Companhia com receita líquida de R\$495.400 e lucro líquido de R\$43.333. (b) Distribuidora Big Ben S.A. ("Big Ben"): Em 29 de março de 2012, a Companhia, por meio de sua controlada Drogaria Guararapes Brasil S.A. ("Guararapes"), finalizou a aquisição de 100% do capital votante da Big Ben. A Big Ben é uma companhia de capital fechado que detém o controle das empresas Big Serviços Ltda. e Nex Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda. Essas três empresas formam o Grupo Big Ben que tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos e dermocosméticos entre outros. A controlada Guararapes adquiriu a Big Ben para ampliar a sua atuação na região Norte e Nordeste do Brasil. A seguir são apresentados os valores justos dos ativos e passivos identificáveis da Big Ben na data da aquisição:

Valor justo reconhecido na aquisição				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	27.986			
Contas a receber de clientes líquido de PCLD	64.133			
Estoques	69.875			
Impostos diferidos	39.461			
Imobilizado	38.737			
Outros ativos	22.986			
Intangível	2.165			
Outros intangíveis avaliados:				
Marca	66.841			
Fundo de comércio	10.237			
Relacionamento com clientes (convênios)	2.170			
Relacionamento com clientes (cartão fidelidade)	35.643			
Relacionamento com clientes (contratos)	1.168			
	381.402			

Passivos

Contas a pagar a fornecedores	70.056			
Repasses a pagar	23.412			
Obrigações com repasses e encargos sociais	13.040			
Impostos e contribuições a pagar	27.521			
Impostos e diferidos	46.197			
Empréstimos	80.753			
Provisões para demandas judiciais	35.600			
Outros passivos	32.585			
	329.164			

Total dos ativos identificáveis líquidos

Ágio na aquisição	52.238			
	419.385			
Total da contraprestação	471.623			

O ágio de R\$419.385 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos é de R\$64.133 de curto prazo e não foram apuradas diferenças significativas entre os valores nominais e valores justos. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes. Os custos relacionados à aquisição de R\$1.076 foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas. O valor justo da contraprestação foi de R\$471.623, sendo que, R\$178.600 em ações de emissão da Brazil Pharma, R\$111.288 em dinheiro à vista e R\$174.135, a serem pagos em 3 parcelas anuais de R\$58.045, atualizadas pelo IGPM e R\$ 7.600 a serem pagos em 60 parcelas mensais de R\$127, também atualizadas pelo IGPM. A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 foi feita com base numa avaliação do valor justo, uma vez que a Companhia contratou uma empresa de avaliação independente para mensurar os ativos intangíveis da Big Ben. A mensuração dos intangíveis resultou na atribuição de valor justo à marca (Big Ben) R\$66.841, fundos de comércio R\$10.237, cláusula de não competição e relacionamento com clientes e cartão fidelidade de R\$36.811, convênios R\$2.170 os quais foram reduzidos do ágio apurado. Desde a data da aquisição a Big Ben contribuiu para a Companhia com receita líquida de R\$872.156 e lucro líquido de R\$ 59.941. (c) Estrela Galdino Drogarias S.A.: Em 28 de novembro de 2012, a Companhia, por meio de sua controlada Sant'ana S.A. Drogaria Farmácias ("Sant'ana") finalizou a aquisição de 100% do capital votante da Estrela Galdino Drogarias S.A. ("Estrela Galdino"). A Estrela Galdino tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos e dermocosméticos. A controlada Sant'ana adquiriu a Estrela Galdino para ampliar a sua atuação na região Nordeste do Brasil. A seguir são apresentados os valores justos preliminares dos ativos e passivos identificáveis da Estrela Galdino na data da aquisição:

Valor justo preliminar				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	114			
Contas a receber de clientes	448			
Estoques	755			
Imobilizado	35			
Outros Ativos	29			
	1.381			
Passivo				
Contas a pagar a fornecedores	1.270			
Outros Passivos	503			
	1.773			
Total dos ativos identificáveis líquidos	(392)			
Subscrição de novas ações	516			
Ágio na aquisição	18.058			
Total da contraprestação	18.182			

Na data de conclusão da elaboração dessas demonstrações financeiras a Companhia encontrava-se ainda em fase de conclusão da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da Estrela Galdino e, portanto, novas informações obtidas sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição podem resultar em alguns ajustes na alocação preliminar de ativos intangíveis e ágio. O ágio de

de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidos, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros. O valor justo dos instrumentos negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado, nas datas dos balanços, sem dedução dos custos da operação. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser observado em mercados ativos, eles são determinados usando técnicas de valorização, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As informações desses modelos são extraídas do mercado quando possível. Quando tais informações não são possíveis, julgamento é requerido na determinação do valor justo. O julgamento inclui considerações dos *inputs* tais como: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. **3.2.5. Pagamentos baseados em ações:** A Companhia mensura os custos das transações com colaboradores e diretores liquidados com ações com base no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento baseado em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações e a volatilidade, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e modelo adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento com base em ações estão evidenciados na nota explicativa 21.2. **3.2.6. Mensuração ao Valor Justo da Contraprestação Contingente:** Contraprestação contingente, proveniente de uma combinação de negócios, é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios. Se a contraprestação contingente for classificada como um derivativo, e portanto um passivo financeiro, deve ser subsequentemente remensurada ao valor justo na data do balanço. **3.2.7. Reconhecimento de Receita - Programa de Fidelidade:** A Companhia estima o valor justo de pontos concedidos segundo o programa de fidelidade aplicando técnicas estatísticas. Dados considerados pelos modelos incluem premissas sobre taxas de resgate esperadas, o mix de produtos que estarão disponíveis para resgate no futuro e preferências de clientes. Como os pontos emitidos segundo o programa não expiram, essas estimativas estão sujeitas a variações e incertezas. Em 31 de dezembro de 2012, a obrigação estimada relativa a pontos não resgatados era de aproximadamente R\$2.231 (2011 - R\$98). **4. Combinações de negócios:** **4.1. Aquisição de participação com a obtenção de controle societário em 2012:** (a) Farmácias Sant'ana S.A. Drogaria Farmácias ("Sant'ana"): Em 10 de fevereiro de 2012, a Companhia, por meio de sua controlada Farnais Franchising S.A. ("Farnais Franchising"), celebrou contrato de aquisição de 100% do capital votante da Sant'ana S.A. Drogaria Farmácias. A Sant'ana é uma sociedade de capital fechado, que tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos e dermocosméticos. A controlada Farnais adquiriu a Sant'ana para ampliar a sua atuação na região Nordeste do Brasil. A seguir são apresentados os valores justos dos ativos e passivos identificáveis da Sant'ana na data da aquisição:

Valor justo reconhecido na aquisição				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	33.892			
Contas a receber de clientes líquido de PCLD	29.737			
Estoques	45.898			
Impostos diferidos				

9.1. Investimentos em controladas:

	Informações das Controladas no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2012				Nossa Participação Em 31 de dezembro de 2011				
	Total do ativo	Total do passivo	Total do patrimônio líquido	Resultado líquido no período	% Participação da Companhia no capital social votante	Saldo de Investimentos	Equivalência Patrimonial	Saldo de Investimentos	Equivalência Patrimonial
Drogaria Amarelis S.A. (1)	233.374	63.088	170.286	561.795	(13.032)	100	169.532	(12.278)	85.248
Drogaria Rosário S.A. Centro Oeste Farma Distr. de Med. Ltda.	74.429	57.905	16.523	311.573	3.990	100	16.523	3.990	12.533
Drogaria Guararapes Brasil S.A.	781.771	257.166	524.605	116.640	41.518	100	524.557	41.566	49.573
Rede Nordeste de Farmácias S.A.	72.540	20.477	52.063	73.475	(4.493)	100	51.032	(3.462)	37.008
Drogaria Mais Econômica S.A.	264.587	134.458	130.128	651.868	(7.438)	100	130.128	(7.438)	92.691
Farmais Franchising Ltda. (5)	0	0	0	0	0	100	0	0	1.798
Farmais Produtos S.A.	35.478	7.699	27.779	4.553	(5.032)	100	27.779	(5.032)	1.284
Drogaria Sant'ana (5)	708.123	237.849	470.274	501.224	43.333	100	470.274	40.759	-
Drogaria Dona Terezinha S.A. (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	(968)
Drogarias Farmais Ltda. BRPG Alpha Adm. e Participações S.A. (3)	-	-	-	-	-	100	-	-	28
MWMSPE Emp. e Participações S.A. (4)	-	-	-	-	-	-	-	-	(384)
							1.389.826	58.105	280.163
							1.389.736	57.947	280.163

(1) A Drogaria Amarelis S.A. deixou de ser controlada direta da Brazil Pharma em 28 de fevereiro de 2011 e passou a ser controlada diretamente pela Sant'ana; (2) A Drogaria Dona Terezinha S.A. foi incorporada em 15 de maio de 2011 pela Drogaria Rosário S.A.; (3) A BRPG Alpha Administração e Participações S.A. foi incorporada em 15 de maio de 2011 pela Guararapes Brasil S.A. (4) MWMSPE foi incorporada em 30 de novembro de 2011 pela Rede Nordeste de Farmácias S.A. (5) A Farmais Franchising foi incorporada em 30 de novembro de 2012 pela Drogaria Sant'ana S.A., consequentemente o resultado da Farmais Franchising foi considerado integralmente com o da Sant'ana. **9.2 Investimento em coligada:** Em 13 de abril de 2012, a Companhia, por meio de sua controlada Farmais Produtos S.A. ("Farmais"), posteriormente incorporada pela Drogaria Sant'ana S.A., adquiriu 40% do capital social total e votante da Beauty'in Comércio de Bebidas e Cosméticos Ltda. ("Beauty'in"), empresa que se dedica ao comércio de bebidas e cosméticos. A Beauty'in é uma empresa privada não cotada em bolsa. Abaixo apresentamos um resumo das informações financeiras do investimento na Beauty'in:

	Controladora		Consolidado	
	Móveis, utensílios e instalações	Equipamentos de informática	Móveis, utensílios e instalações	Equipamentos de informática
Ativo circulante	-	-	19.034	-
Ativo não circulante	-	-	17.799	-
Passivo circulante	-	-	(2.531)	-
Passivo não circulante	-	-	(4.541)	-
Acervo líquido			29.761	
Participação societária	-	-	40%	-
Participação (40%)	-	-	11.905	-
Receta líquida	-	-	33.398	-
Custos	-	-	(4.599)	-
(-) Despesas	-	-	(3.490)	-
Prejuízo do período	-	-	(10.655)	-
Participação societária	-	-	40%	-
Resultado de equivalência patrimonial			(4.262)	

(*) Neste valor está contido o montante de R\$25.756 referente ao ágio na aquisição desse investimento.

10. Imobilizado:

	Controladora				Consolidado				
	Móveis, utensílios e instalações	Equipamentos de informática	Outros imobilizados	Total	Terrenos e edificações próprias	Móveis, utensílios e instalações	Equipamentos de informática	Outros imobilizados	Total
Em 31 de dezembro de 2010	36	303	116	454	-	17.782	4.840	7.077	29.703
Aquisições de controladas	-	-	-	-	60	7.424	5.618	9.243	22.345
Adições	29	113	15	157	-	7.571	6.154	27.832	41.557
Alienações	-	-	-	-	-	(92)	(13)	(1.239)	(1.344)
Em 31 de dezembro de 2011	65	416	131	612	60	27.685	16.599	42.843	87.187
Aquisições de controladas	-	-	-	-	53	10.518	9.461	41.630	61.662
Adições	167	1.180	1.714	3.061	3.625	15.959	10.129	72.288	102.001
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	(36)	(36)
Em 31 de dezembro de 2012	232	1.596	1.845	3.673	3.738	54.162	36.189	156.725	250.814

Taxas anuais média de depreciação (%):

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2010	10	21,2
Em 31 de dezembro de 2011	-	-
Em 31 de dezembro de 2012	-	-

A Companhia não mantém ativos imobilizados, ou parte deles, dados como penhor de garantia a passivos, bem como, não identificou quaisquer evidências de que seus ativos perderam valor no exercício. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia não capitalizou juros de empréstimos e financiamentos.

11. Intangível:

	Controladora				Consolidado				
	Ágio na aquisição de empresas	Licença de software	Outros intangíveis	Total	Relacionamento com cliente/convênios	Ágio na aquisição de empresas	Licença de software	Outros intangíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2010	21.197	-	-	21.197	-	98.954	1.755	53.546	154.297
Aquisições de controlada	258.376	-	-	258.376	-	180.649	162	1.828	182.650
Adições	520	-	4.711	5.231	-	3.339	26.391	6.331	36.061
Alocação de ativos identificados	(27.526)	-	13.000	(14.526)	357	(27.526)	-	12.280	(15.769)
Alocação de ativos identificados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aliações	(85.168)	-	-	(85.168)	-	(85.167)	-	-	(170.335)
Em 31 de dezembro de 2011	166.879	520	13.010	199.636	3.000	357	166.910	5.057	91.368
Aquisições de controlada	-	-	-	-	-	-	4.652	8.104	15.877
Adições	-	10.584	-	20.652	31.236	-	1.058.809	10.584	11.697
Alocação de Ativos identificados	-	-	-	-	-	38.981	(183.366)	-	(20.870)
Aliações	-	-	-	-	-	-	-	-	(353)
Em 31 de dezembro de 2012	166.879	11.104	13.010	39.763	230.756	136.515	39.338	1.042.353	130.666

A Companhia não identificou quaisquer evidências de seus ativos intangíveis perderem valor. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a controladora capitalizou juros de empréstimos e financiamentos no montante de R\$3.956, contabilizados na rubrica de licença de uso de software. **Teste de perda por redução do valor recuperável do ágio pago por aquisição de empresas:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor. A Companhia realizou o teste de recuperação dos ágios com expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2012, para o qual não foi apresentado nenhum indicativo de perda por redução do valor recuperável. Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto de 13,21% a.a. Esta taxa deriva da taxa estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: crescimento baseado no orçamento para 2013, curvas de crescimento associadas ao mercado, estimativa de abertura de lojas, custos operacionais, investimentos necessários para a continuidade da Companhia e mudanças de cenários econômicos. O crescimento está baseado na estimativa de abertura de loja e sua

13. Empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	Garantias	Taxa de juros a.m.%	Indexador	
Em 31 de dezembro de 2010	-	20	-	29
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	-

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Empréstimo - Capital de Giro	(a)	0,14	CDI (i)	-
Empréstimo - Capital de Giro	(a)	0,41	CDI (i)	45.711
Empréstimo - Capital de Giro	(a)	0,45 a 2,04	Pré-Fixado	60
Empréstimo - Capital de Giro	(a)	0,4	TJLP (ii)	5.100
Total Circulante				50.811
Não Circulante				60
Empréstimo - Capital de Giro	(a)	0,19	CDI (i)	3.904
Empréstimo - Capital de Giro	(a)	0,41	CDI (i)	34.995
Empréstimo - Capital de Giro	(a)	0,83 a 2,04	Pré-Fixado	94
Total Não Circulante				38.999

(a) Contratos com garantias de recebíveis de cartões de crédito. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia não possuía garantias prestadas a terceiros além destas garantias de empréstimos e financiamento. (i) A taxa CDI em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi de 0,53% e 0,90% a.a., respectivamente. (ii) A taxa TJLP em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi de 0,45% e 0,50% a.a., respectivamente. Nenhum dos contratos de empréstimos possui cláusulas restritivas ("Covenants"). A Companhia não capitalizou custos de empréstimos durante o exercício.

Os montantes não circulantes, em 31 de dezembro de 2012, têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2014	13.979	33.716
2015	11.290	27.230
2016	8.740	21.079
2017	4.890	11.795
	38.899	93.820

Os principais credores da Companhia são: Banco Itaú S.A., Banco Safra S.A. e Banco IBM S.A. Nas demonstrações dos fluxos de caixa da controladora e do consolidado os pagamentos de juros foram incluídos nas atividades de financiamentos.

rentabilidade média até a sua maturação. O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis. A seguir, demonstramos a composição dos ágios por rentabilidade futura alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa:

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Rosário/COF Guararapes/	37.875	37.875	37.875	37.875
Farmais	19.559	19.559	19.559	19.559
Farmais Mais Econômica	8.643	8.643	8.643	8.643
Big Ben	100.802	100.802	100.802	100.802
Saldo em 31/12/2012	166.879	1.042.353	166.879	166.910

12. Outros Ativos:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Bonificações a receber	-	-	18.459	31.248
Contas a receber dos sócios fundadores	-	-	2.087	2.917
Fundo de publicidade administrado	-	-	-	1.267
Instrumentos financeiros	-	-	-	1.827
Adiantamento a funcionários	-	-	2.794	57
Depósitos judiciais	-	-	1.155	3
Devolução a fornecedores	-	-	2.058	13.351
Outros créditos	448	512	2.631	2.970
	448	2.569	40.477	47.347

Segue abaixo informações adicionais sobre as debêntures:

1ª emissão

Em 8 de fevereiro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 25.000 debêntures, correspondente ao valor total de R\$250.000. As debêntures emitidas dentro do escopo da 1ª emissão têm as seguintes características:

1ª e 2ª série: Não conversíveis em ações emitidas pela Companhia. Não possuem garantia. **1ª série:** 13/04/2012 e **2ª série:** 16/04/2012. **1ª série:** 50% em 02/04/2015 e 50% em 02/04/2016; **2ª série:** 33% em 02/04/2015, 33% em 02/04/2016 e 34% em 02/04/2017. Os juros remuneratórios das 1ª e 2ª série são pagos semestralmente, tendo seu primeiro vencimento em 02/10/2012 e seu vencimento final em 02/04/2016 e 02/04/2017, respectivamente.

Cláusulas restritivas: Sim

As debêntures estão condicionadas às seguintes cláusulas restritivas ("Covenants"): (a) Dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0 (três) vezes; (b) EBITDA/despesa financeira líquida igual ou superior a 2,0 (duas) vezes. Caso a receita financeira seja superior à despesa financeira esta obrigação deixa de ser válida. Em 31 de dezembro de 2012, as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas. **15. Instrumentos financeiros:** Como o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foi realizada operação de swap para converter o fluxo de caixa das dívidas em dólares norte-americanos. Nestas operações, a Companhia paga valores indexados ao CDI e recebe remuneração atrelada aos dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2012, a posição consolidada, agrupada, sendo todas as negociadas no mercado de balcão, são assim demonstradas:

	31.12.2012		
	Valor de referência (nocial)	Resultado (Perda)/Ganho	Vencimento
Swap	13.764	-	29/06/2015

O valor justo é baseado nas estimativas realizadas para valorização com base na característica do instrumento financeiro, sua avaliação e indexadores atrelados. Os itens protegidos são as dívidas atreladas ao dólar já que o objetivo desse programa é transformar as obrigações atreladas a dólar em obrigações atreladas ao real e com isso atingir o equilíbrio de moedas do fluxo de caixa, contrabalançando os recebíveis (que são basicamente atrelados ao real). Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia tomou empréstimos em moeda estrangeira e celebrou contratos de moeda a termo na administração das suas exposições. Esses contratos de moeda a termo foram celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda, que geralmente variam de 12 a 36 meses. Os termos essenciais dos contratos de câmbio a termo foram negociados

No quadro abaixo demonstramos as posições consolidadas por data de vencimento em aberto em 31 de dezembro de 2011 dos contratos a termo (non-deliverable forward - NDF) utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio:

Derivativo	Posição	Contrato	Data da contratação	Data máxima de vencimento	Valor base - 2012	Valor base - 2011
Termo	Comprado	NDF	20/07/2011	13/07/2012	-	3.761
Termo	Comprado	NDF	20/07/2011	16/10/2012	-	2.620
Termo	Comprado	NDF	20/07/2011	14/01/2013	-	2.553
Termo	Comprado	NDF	20/07/2011	16/04/2013	-	2.510
Termo	Comprado	NDF	20/07/2011	15/07/2013	-	2.455
Termo	Comprado	NDF	20/07/2011	11/10/2013	-	2.403
Termo	Comprado	NDF	20/07/2011	09/01/2014	-	2.361
Termo	Comprado	NDF	20/07/2011	09/04/2014	-	2.313
Termo	Comprado	NDF	20/07/2011	08/07/2014	-	2.265
Termo	Comprado	NDF	20/07/2011	06/10/2014	-	2.213
Termo	Comprado	NDF	20/07/2011	02/01/2015	-	2.161
Termo	Comprado	NDF	20/07/2011	31/03/2015	-	2.115
Termo	Comprado	NDF	20/07/2011	29/06/2015	-	2.068

Total valor base
Total valor referencial
Resultado (Perda)/Ganho

	Contábil		Valor Justo	
	Controladora	Controladora	2012	2011
Caixa e equivalentes de Caixa	5	266.809	247.742	266.809
Contas a receber de Clientes	6	266.809	247.742	266.809

16. Valor Justo: A seguir, uma comparação por classe contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

	Contábil		Valor Justo	
	Controladora	Controladora	2012	2011
Caixa e equivalentes de Caixa	5	266.809	247.742	266.809
Contas a receber de Clientes	6	266.809	247.742	266.809

16.1 Instrumentos financeiros avaliados a valor justo:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

21.2 Plano de opção de compra de ações: Em 22 de março de 2011, foi aprovado em Reunião de Conselho de Administração o Plano de Opção de Compra de Ações (o "Plano") da Companhia, a ser oferecido ao presidente e aos diretores da Companhia, sejam eles estatutários ou não, e aos empregados da Companhia ("Beneficiários"). A aprovação deste Plano foi ratificada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2011. Os principais aspectos do plano estão apresentados a seguir: (i) Caberá ao Conselho de Remuneração a seleção, a seu exclusivo critério, dos Beneficiários que farão jus à outorga das opções em cada programa, dentre as pessoas elegíveis a participar do plano. (ii) A quantidade máxima de ações objeto de cada opção será definida pelo Conselho de Remuneração da Companhia, a seu exclusivo critério. (iii) O preço por ação para o exercício da opção ("preço de exercício") era de R\$9,24 (nove reais e vinte e quatro centavos) por ação na data da aprovação do plano. Foi aprovado o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de uma para duas ações. Com isso, o preço por ação para o exercício de opção passou a ser R\$ 4,62 (quatro reais e sessenta e dois centavos), atualizado monetariamente pela variação do IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, divulgada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (iv) O preço de exercício obtido conforme indicado no item (iii) acima foi ratificado pelo Conselho de Remuneração da Companhia. Os contratos de adesão celebrados com cada beneficiário indicarão a quantidade de ações outorgada a cada Beneficiário. (v) O exercício da opção pelos beneficiários deverá ser realizado em parcelas assim definidas: (i) 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da Opção em até 6 (seis) meses a contar da assinatura do respectivo Contrato de adesão entre a Companhia e cada Beneficiário ("primeira opção"); (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção em até 6 (seis) meses a contar do final do primeiro ano contado da assinatura do respectivo contrato de adesão entre a Companhia e cada beneficiário ("segunda opção"); (iii) 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção em até 6 (seis) meses a contar do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo contrato de adesão entre a Companhia e cada beneficiário ("terceira opção"); (iv) 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção em até 6 (seis) meses a contar do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo contrato de adesão entre a Companhia e cada Beneficiário ("quarta opção").(vi) Cada beneficiário terá o prazo de até 6 meses a contar da data em que a Opção se tornar exercível, para exercer sua opção ("Período de Vigência"), a menos que o Conselho de Remuneração da Companhia estabeleça de outra forma e desde que observados os requisitos descritos no item (v) acima. As ações objeto da opção, subscritas ou adquiridas nos termos deste Regulamento, assegurarão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações ordinárias detidas pelos demais acionistas da Companhia, exceção feita a quaisquer direitos decorrentes de acordos de quaisquer natureza, incluindo, sem limitação, acordos de acionistas. Entretanto, nenhum beneficiário terá quaisquer dos direitos e privilégios do acionista até que a sua opção seja devidamente exercida, nos termos do plano e do respectivo contrato de opção. Uma vez exercida a opção pelo beneficiário, as ações correspondentes são objeto de: (i) emissão através de aumento de capital da Companhia ou (ii) compra e venda, caso encontrem-se em tesouraria. O valor justo das opções determinado pelo modelo de avaliação *Black & Scholes*, em 28 de junho de 2011, data da outorga, foi de R\$17,24, devido ao desdobramento das ações ordinárias, o valor justo das opções na data da outorga foi de R\$8,62. No exercício, o total de despesas apropriadas ao resultado foi de R\$8.600 (R\$1.674 em 31 de dezembro de 2011). **Movimentação durante o exercício/período:** Abaixo apresentamos a quantidade de opções e média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o exercício:

	2012		2011	
	Quantidade de exercício	Preço médio de exercício R\$	Quantidade de exercício	Preço médio de exercício R\$
Em 1º de janeiro	6.251.376	4,62	-	-
Concedidas durante o exercício	-	6.251.376	-	4,62
Exercidas durante o exercício	(3.337.478)	4,68	-	-
Em aberto no final do período	2.913.898	4,68	6.251.376	4,62
Exercíveis no final do período	2.913.898	4,68	6.251.376	4,62

Abaixo apresentamos uma relação das informações do modelo utilizado no plano da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Redimento de dividendos (%)	-	-
Volatilidade esperada (%)	69,23	69,23
Taxa de retorno livre de risco (%)	12,36	12,36
Prazo de vida esperado das opções (anos)	4	4
Valor de mercado das ações (R\$)	16,05	8,62
Modelo utilizado	Black & Scholes	Black & Scholes

A vida esperada das opções é baseada em dados históricos e não indica necessariamente padrões de exercício que possam ocorrer. A volatilidade esperada reflete a presunção de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, que podem não corresponder ao cenário real. **21.3 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes: (i) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e (ii) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas. Em 31 de dezembro de 2012 não foram distribuídos dividendos devido a compensação de prejuízos de exercícios anteriores:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	2.974	5.469
Reserva legal (5%)	(149)	(273)
Prejuízo de exercícios anteriores	(19.383)	-
Base para distribuição de dividendos	(16.558)	5.196
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	4.139	1.299

21.4 Reserva Legal: De acordo com o art. 193 da Lei nº 6.404/1976, a reserva legal deverá ser constituída mediante destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação. Esta reserva será constituída, obrigatoriamente, pela Companhia, até que seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida. No exercício a Companhia constituiu o montante de R\$149 (R\$273 - 2011).

22. Receita líquida de vendas:

	2012	2011
Receita bruta de vendas	2.852.665	1.059.738
Receita bruta de serviços	33.999	9.795
Receita com royalties	6.979	6.265
Deduções	(207.902)	(75.133)
	2.685.741	1.000.665

23. Custo das mercadorias vendidas:

	2012	2011
Custo das vendas	(1.879.157)	(707.925)
Bonificações, líquida de impostos	81.609	79.567
Custo das mercadorias vendidas	(1.797.548)	(628.358)

24. Despesas com vendas: O total de R\$535.798 em 31 de dezembro de 2012 (R\$216.728 em 31 de dezembro de 2011) de despesa é composto principalmente por despesas com colaboradores de lojas, aluguel de lojas e taxa administrativa das administradoras de cartões de crédito.

25. Despesas gerais e administrativas:

	Controladora	Consolidado	2012	2011
Despesa com pessoal	(13.453)	(4.179)	(113.945)	(51.261)
Despesa com diligências	(335)	(922)	(393)	(922)
Despesas jurídicas	(915)	-	(1.851)	(1.531)
Despesas com instalações e infraestrutura	(848)	(375)	(14.971)	(6.251)
Serviços contratados de terceiros	(2.091)	(579)	(37.991)	(25.119)
Despesas tributárias	(234)	(23)	(5.508)	(2.656)
Despesas com viagens	(1.744)	(720)	(9.638)	(2.434)
Materiais de uso e consumo	(255)	(416)	(3.149)	(6.127)
Despesas operacionais diversas	(1.608)	(154)	(14.229)	(3.837)
Outras	(10.016)	(3.098)	(10.016)	(3.098)
	(31.499)	(10.466)	(211.691)	(103.236)

26. Receitas e despesas financeiras: a) Receitas financeiras

	Controladora	Consolidado	2012	2011
Receita de juros sobre aplicações financeiras	17.005	18.061	19.238	23.658
Receita de juros	1.288	326	1.783	3
Descontos financeiros obtidos	12	-	1.752	2.503
Variações monetárias ativas	-	-	1.285	132
Variações cambiais ativas	-	-	10.225	6.661
Outras receitas financeiras	-	-	169	235
Total das receitas financeiras	18.305	18.387	34.452	33.192

b) Despesas financeiras

	Controladora	Consolidado	2012	2011
Encargos sobre financiamentos e empréstimos	(24.894)	(1.176)	(37.912)	(7.679)
Juros, encargos e taxas bancárias	(1.081)	(476)	(33.185)	(17.685)
Descontos financeiros concedidos	-	-	(537)	(334)
Variações monetárias passivas	-	(932)	(12.270)	(5.978)
Variações cambiais passivas	(115)	-	(12.377)	(5.063)
Outras despesas financeiras	-	-	(935)	(693)
Total das despesas financeiras	(26.090)	(2.584)	(97.216)	(37.432)

27. Compromissos por contratos de locação de imóveis: Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía 609 (338 em 31 de dezembro de 2011) contratos de locação de imóveis com prazos de vigência entre um e dez anos, existindo a possibilidade de renovação. O gasto total contabilizado em conta de despesas com aluguéis é de R\$ 88.489 (R\$ 28.238 em 31 de dezembro de 2011), incluindo aluguel, condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Os aluguéis mínimos futuros a pagar, de acordo com os arrendamentos mercantis não canceláveis em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são os seguintes:

	Controladora	Consolidado	2012	2011
Dentro de um ano	1.337	600	66.146	33.684
Após um ano, mas menos de cinco anos	602	900	135.942	63.927
Mais de cinco anos	-	-	11.886	1.564
	1.940	1.500	213.974	99.175

28. Instrumentos financeiros e políticas para gestão de risco financeiro:

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a contas a pagar, contas a pagar por aquisição de investimentos, empréstimos, financiamentos e debêntures, todos registrados nas demonstrações financeiras. Os empréstimos, financiamentos e debêntures estão atrelados às taxas pré-fixadas e variáveis, com atualização pelo CDI. Os empréstimos contratados são de curto e longo prazo. Os principais riscos de mercado que podem afetar diretamente a Companhia e suas controladas, são o risco da taxa de juros, risco de liquidez e risco de crédito. Os instrumentos financeiros apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são, basicamente, os seguintes: **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são decorrentes de operações em CDB e debêntures compromissadas, que são atualizadas por percentuais da variação do CDI. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a taxas de mercado conforme exposto na Nota 13. **Debêntures:** As debêntures estão sujeitas a variação da CDI, acrescidas de um percentual médio de 1,7% ao ano, conforme exposto na Nota 14. **Contas a pagar por aquisição de investimentos:** As contas a pagar por aquisição de investimentos estão indexadas ao IPCA, sendo atualizadas no decorrer do exercício, conforme exposto na Nota 18. **a) Risco de mercado: i) Risco de crédito:** A operação básica da Companhia é a venda de mercadorias a consumidores finais, dessa forma, as vendas são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. A Companhia considera que o risco de crédito é baixo. **(ii) Risco de taxa de câmbio e de juros:** As obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis deixam a Companhia exposta ao risco de mudança nas taxas de juros de mercado e variação do câmbio. Essas obrigações são basicamente empréstimos e financiamentos com base no CDI. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente a empréstimo na controlada Drograria Rosário. A Companhia mantém contrato de *swap* cambial para sua exposição a flutuações na conversão para reais.

	Controladora	Consolidado	2012	2011
Ativos financeiros				
Títulos privados (CDB-DI)	CDI	17.268	89.201	22.946
Debêntures compromissadas	CDI	4.665	155.105	4.686
Fundo de Investimento	CDI	243.785	3.286	271.774
Outros	CDI	834	-	1.999
Total		266.552	247.592	301.405

	Controladora	Consolidado	2012	2011
Dividas financeiras				
Capital de giro (Nota 13)	CDI	89.710	154	177.049
Capital de giro	Dólar	-	-	32.576
Debêntures (Nota 14)	CDI	253.643	-	253.643
Total		343.352	154	430.692

b) Risco de liquidez: A Administração acompanha continuamente as necessidades de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. Devido à dinâmica dos negócios da Companhia e suas controladas, o objetivo da tesouraria é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de Capital de Giro. Além disso, a tesouraria monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento dos principais passivos financeiros consolidados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Em 31 de dezembro de 2012 - Consolidado	1 a 12 meses	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	83.229	93.820	-	177.049
Fornecedores	334.659	-	-	334.659
Debêntures (Nota 14)	5.237	248.405	-	253.643
Contas a pagar por aquisição de investimento (Nota 18)	99.711	245.622	-	345.333
Total	522.837	587.847	-	1.110.684

Em 31 de dezembro de 2011 - Consolidado

	1 a 12 meses	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	22.367	42.007	-	64.374
Fornecedores	123.972	-	-	123.972
Contas a pagar por aquisição de investimento (Nota 18)	17.692	36.688	-	54.380
Total	164.031	78.695	-	242.726

c) Gestão de capital: O objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno aos seus investidores. Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão da

Transações	Juros	(Risco) Indexador
Empréstimo - capital de giro	0,19	-
Empréstimo - capital de giro	0,41	-
Empréstimo - capital de giro	1,18 a 1,63	-
Empréstimo - capital de giro	0,83 a 2,04	-
Debêntures	1,705 a.a. e 1,775 a.a.	-
Total		
Aplicações financeiras	-	CDI

Exposição líquida total

Perda	31 de dezembro de 2012	Provável	Cenário A	Cenário B
(*) Percentuais do CDI variando de 100,5% a 102%. O efeito líquido total dos cenários acima mencionados é basicamente devido à exposição da Companhia ao CDI. No cenário provável a Companhia terá uma perda de R\$ 9.373. A perda líquida no cenário "A" é de R\$ 11.716 e no cenário "B" é de R\$ 14.060 comparando com os saldos de 31 de dezembro de 2012. As taxas de CDI utilizadas nos cenários Provável, "A" e "B" foram, respectivamente, 7,25%, 9,06% e 10,88% a.a. A projeção da taxa CDI foi extraída do site do Tesouro Nacional do Brasil.	13.764	13.110	14.014	14.263
Total - passivo	13.764	13.110	14.014	14.263
SWAP	13.764	14.590	21.782	28.973
Total - ativo	13.764	14.590	21.782	28.973
Exposição líquida total	-	(1.480)	(7.768)	(14.710)

(i) As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos são de 0,07% - 2,04% a.m. No cenário provável a Companhia terá um ganho de R\$ 1.480 comparando com os saldos de 31 de dezembro de 2012. O ganho líquido no cenário "A" é de R\$7.768 e no cenário "B" é de R\$14.710 comparando com os saldos de 31 de dezembro de 2012. As taxas de câmbio utilizadas nos cenários Provável, "A" e "B" foram, respectivamente, US\$2,09, US\$2,61 e US\$3,13 e as taxas de CDI foram as mesmas utilizadas no quadro anterior. A taxa base do dólar utilizada nos cenários foi extraída do site do Tesouro Nacional do Brasil. **29. Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas têm como política, contratar seguros com cobertura nos seguintes riscos:

Coberturas	359.652
Incêndio, raio ou explosão no imóvel	21.900
D&O (Directors & Officers)	2.040
Automóveis	6.159
Tumultos, greves e Lock-out	10.475
Vandal e queda de aeronaves	1.875
Roubo e furto de mercadorias	1.728
Danos elétricos	657
Equipamentos eletrônicos	21.589
Outros	426.075

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disto, em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui contratos de seguros em vigor. A Administração da Companhia entende que as coberturas representam valores suficientes para suprir eventuais perdas. **30. Transações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas são sempre realizadas observando preços e condições específicas contratadas entre as partes. Conforme competência descrita em nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração aprovar a realização de qualquer transação entre, de um lado, os nossos acionistas ou diretores ou partes relacionadas, seus respectivos cônjuges, ascendentes, parentes até o terceiro grau, sociedades controladas, seus controladores ou pessoas sob controle comum, e, de outro, a Companhia e suas controladas. Independentemente do valor envolvido, todas as transações entre a Companhia e as pessoas acima previstas devem ser realizadas em termos e condições contratadas entre as partes. Adicionalmente, observamos as regras de realização de transações com partes relacionadas determinadas pela Lei das Sociedades por Ações e das práticas relacionadas ao Novo Mercado da BM&FBOvespa. Não ocorreram transações envolvendo garantias dadas ou recebidas com partes relacionadas. A Companhia concentra parte de suas atividades de "back office" (Recursos Humanos, Administrativo, T.I., Finanças e Contabilidade), em seu Centro de Serviços Compartilhados - CSC, que atende às controladas da Companhia, cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas controladas. A seguir demonstramos os saldos das transações em 31 de dezembro de 2012 e 2011, bem como os efeitos no resultado do exercício.

	Controladora	2012	2011
Ativo circulante e não circulante			
Recuperação de despesas			
31/12/2012	84	84	-
31/12/2011	116	116	-
Drogaria Amariéis	144	144	-
Drogaria Farmais Ltda.	2	2	-
Comercial Farmais	165	165	-
Rede Nordeste de Farmais S.A.	18	18	-
Guararapes Brasil	2.631	2.631	